ISSN: 2358-8829

A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE-RS

Patricia Oliveira Nunes [1]
Ana Flávia Garcez[2]

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui um espaço fundamental para o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e afetivo das crianças, sendo marcada pelas interações e experiências coletivas (Vygotsky, 1991; Brasil, 2010). Nesse contexto, configura-se como um ambiente privilegiado para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, pautadas na valorização da diversidade. A Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, busca assegurar o direito à educação para todos os estudantes, orientando-se pelos princípios do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem na escola comum (Brasil, 2008). No município de Alegrete/RS, o aumento das matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial nas Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs intensificou os desafios enfrentados por gestores e docentes, evidenciando a necessidade de analisar as condições formativas, estruturais e pedagógicas oferecidas às escolas. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Infantil em Alegrete/RS, considerando as percepções docentes, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento das práticas inclusivas.

[1] Mestra em Educação Inclusiva- PROFEI pela Universidade Estadual de Santa Catarina-UDESC-SC, patricia.nunes.udesc.t4@gmail.com;
[2] Orientadora, Professora Doutora- PROFEI pela Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC-SC, ana.garcez@udesc.br.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada na técnica do grupo focal, articulada à aplicação de questionário estruturado para caracterização das participantes. Participaram da pesquisa professoras da Educação Infantil – nível A – da rede pública municipal de Alegrete/RS, selecionadas a partir do interesse e da disponibilidade em contribuir com o estudo. A investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando os princípios de sigilo, voluntariedade e confidencialidade. Foram realizados dois encontros presenciais, organizados em espaço institucional, planejado para favorecer o diálogo, a escuta qualificada e a interação entre as participantes. Durante os encontros, as professoras demonstraram elevado engajamento, sentindo-se à vontade para relatar suas experiências, anseios, dificuldades e expectativas em relação à educação inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória da Educação Especial no Brasil é marcada por avanços históricos e legais que contribuíram para a construção de uma educação pautada nos princípios da inclusão e da equidade. Nesse percurso, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que fortaleceram o reconhecimento da educação como direito de todos. Esse movimento ganhou maior expressão com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008, que orienta os sistemas de ensino quanto à garantia do acesso, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns.

A PNEEPEI (Brasil, 2008) estabelece a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino, prevendo a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos de acessibilidade, formação docente e articulação intersetorial. Nessa perspectiva, Mantoan (2006) ressalta que a inclusão escolar ultrapassa o acesso à escola, exigindo transformações nas práticas pedagógicas e na organização das instituições, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças.

No contexto da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017)

reafirmam a importância das interações, das brincadeiras e das experiências significativas para o desenvolvimento integral das crianças. Essa compreensão dialoga com Vygotsky (1991), ao destacar o papel das interações sociais na aprendizagem e no desenvolvimento, e com Kramer (2007), que reconhece a criança como sujeito histórico, social e produtor de cultura. Assim, a inclusão desde a primeira infância pressupõe práticas pedagógicas que respeitem as singularidades e assegurem condições de participação e aprendizagem para todas as crianças.

No município de Alegrete/RS, a Deliberação nº 01/2009 do Conselho Municipal de Educação e a Proposta Pedagógica da Educação Básica (Alegrete, 2018) constituem documentos orientadores da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Entretanto, a efetivação dessas diretrizes requer condições que ultrapassam sua previsão normativa, envolvendo acessibilidade, articulação entre o AEE e a sala comum, apoio institucional e formação continuada das professoras. Nesse sentido, Glat e Pletsch (2011) destacam que a implementação da inclusão escolar depende de condições concretas de trabalho e de práticas pedagógicas capazes de responder à diversidade dos estudantes.

A formação continuada assume, portanto, papel fundamental nesse processo. Imbernón (2011) e Nóvoa (2009) defendem processos formativos articulados às experiências e aos desafios vivenciados pelos professores no cotidiano escolar, valorizando a reflexão e a construção coletiva de conhecimentos. Dessa forma, compreender a implementação da PNEEPEI nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Alegrete/RS implica considerar tanto os avanços normativos quanto as condições pedagógicas e institucionais necessárias à efetivação de uma educação inclusiva, especialmente a partir das experiências das professoras que atuam diretamente com as crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados evidenciou que a efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil esteve condicionada a fatores formativos, estruturais e institucionais. As participantes apresentaram formação superior e, em sua maioria, pós-graduação, contudo, a formação inicial revelou fragilidades na abordagem da Educação Especial e Inclusiva, repercutindo em desafios no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Na formação continuada, constatou-se a ausência de políticas permanentes e sistematizadas, incluindo professores, estagiário-auxiliares. Quanto

ao conhecimento da legislação, verificou-se que parte das professoras demonstra familiaridade com os principais marcos legais em âmbito federal, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Entretanto, constatou-se desconhecimento acerca das normativas municipais, evidenciando fragilidades na divulgação e na implementação das políticas locais. Embora tenham sido reconhecidos avanços no acesso e na matrícula das crianças público-alvo da Educação Especial, persistiram dificuldades quanto à permanência e participação, relacionadas à organização das turmas, à ausência de adaptações curriculares e à limitação de suporte pedagógico. A participação da família foi considerada essencial, ainda que marcada por desafios na comunicação e no estabelecimento de parcerias efetivas. Relataram ausência na oferta do Atendimento Educacional Especializado, na disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, bem como barreiras de acessibilidade física, comunicacional e informacional, fragilidades no suporte institucional e na articulação intersetorial. Os resultados evidenciaram que a efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil em Alegrete/RS apresentou avanços pontuais, porém permanece marcada por desafios estruturais, formativos e institucionais, exigindo ações integradas e políticas públicas permanentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou como objetivo analisar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Infantil no município de Alegrete/RS, a partir das percepções de professoras que atuam no cotidiano escolar. A pesquisa evidenciou que, embora existam avanços no acesso e na permanência das crianças público-alvo da Educação Especial na escola comum, persistem fragilidades no que se refere à formação continuada dos profissionais, à oferta do Atendimento Educacional Especializado, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à acessibilidade e ao suporte institucional. Destacou-se, a relevância do grupo focal como espaço de escuta, reflexão e compartilhamento de experiências, permitindo que as professoras expressassem seus anseios, dificuldades e expectativas. Esse processo contribuiu não apenas para a produção de dados para a pesquisa, mas também para o fortalecimento do protagonismo docente e para a construção coletiva de saberes. Destacou-se a ampliação do diálogo com outros segmentos da rede municipal e do aprofundamento das discussões acerca das políticas públicas locais para a educação inclusiva. Recomendou-se, o desenvolvimento de estudos que contemplem a

participação das famílias, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educacional. Foi nesse contexto que o recurso educacional desenvolvido, o podcast "Baita Chão Inclusivo", emergiu como uma proposta potente, alinhada às necessidades identificadas na pesquisa, configurando-se como um recurso acessível e significativo para a formação continuada. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil demanda o compromisso coletivo do poder público, das instituições escolares e dos profissionais da educação, por meio de investimentos contínuos em formação, infraestrutura, políticas públicas e articulação intersetorial. Espera-se que este estudo possa subsidiar reflexões, práticas e decisões que promovam uma educação mais justa, equitativa e humanizada para todas as crianças.

Palavras-chave: Educação infantil; políticas públicas; formação continuada; educação especial.

REFERÊNCIAS

ALEGRETE. **Conselho Municipal de Educação. Deliberação nº 01/2009/CMEA: normas e parâmetros para a Educação Inclusiva e Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Alegrete**. Alegrete: Conselho Municipal de Educação, 2009.

ALEGRETE. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta pedagógica da educação básica.** Alegrete: SME, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: CNE, 2010.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com deficiência mental: pesquisa e práticas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília: MEC, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ISSN: 2358-8829

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.